

Abertura

Júlio Pedrosa¹

Minhas senhoras e meus senhores, vamos dar início à nossa sessão de trabalho e, se me permitem, começo por saudar o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Prof. Jorge Pedreira e por lhe agradecer estar connosco mais uma vez. Saúdo, naturalmente, todas as senhoras e senhores presentes e agradeço-lhes o interesse que este encontro despertou.

Esta temática, a Escola face à diversidade, esteve presente em várias ocasiões no Debate Nacional sobre Educação realizado em 2006 e 2007, sendo uma questão sobretudo suscitada por educadores e professores.

De facto ela emergiu de uma forma extremamente forte em algumas ocasiões, com a manifestação de uma grande preocupação pelas fragilidades dos contextos, da preparação das pessoas e dos instrumentos para lidar com este problema.

A Senhora Ministra da Educação, numa reunião que aqui teve, no final do ano passado, propôs ao Conselho Nacional de Educação que considerasse esta questão da diversidade na Escola como um assunto da sua agenda e que desse um contributo para lhe responder.

Esta iniciativa é uma primeira acção, espero eu, do Conselho no sentido de corresponder a estas manifestações de interesse e de preocupação.

Creio que quem compreende o essencial da pessoa sabe que a diversidade está inscrita na sua matriz e está presente em qualquer situação educativa e de ensino. Eu tenho a convicção de que muitos dos insucessos que a Escola, ao longo dos tempos, tem tido resultam do seu débil apetrechamento para lidar com esta questão.

¹ Presidente do Conselho Nacional de Educação.

Nas nossas escolas de há quarenta ou cinquenta anos, sendo certamente os contextos diversos, também estava presente este problema. Mas ele tem vindo a assumir, na agenda da educação de muitos países em vários continentes, uma presença e uma actualidade enormes.

Os documentos *No Child Left Behind*, *Every Child Matters*, *No More Failures – Ten Steps to Equity in Education* têm inscrita esta preocupação nas palavras que constituem os títulos de programas diversos. Em relação a este último da OCDE, o Relatório *No More Failures – Ten Steps to Equity in Education*, que foi aqui discutido numa iniciativa conjunta do Conselho Nacional de Educação e da Rede dos Conselhos de Educação Europeus (EUNEC), no âmbito do Programa da Presidência Portuguesa da União Europeia, tivemos oportunidade de analisar com algum cuidado este documento, que foi construído com base em trabalho feito em dez países. E para nos darmos conta de como este é um problema que não é específico de um país singular, com uma especial história e cultura e com fragilidades como o nosso tem, dou-lhes a lista dos países que foram considerados naquele estudo: a Bélgica (flamenga), a Finlândia, a França, a Hungria, a Noruega, a Federação Russa, a Eslovénia, a Espanha, a Suécia e a Suíça. Talvez valha a pena relembrar que ele procura centrar a atenção em três frentes de trabalho: o desenho dos sistemas educativos, as práticas educativas e os meios, propondo dez passos para prosseguir políticas de equidade nos sistemas educativos.

Creio estarmos, pois, perante uma situação que requer da Escola o reforço da sua capacidade para lidar com a questão da diversidade e considero que este encontro é, porventura, no presente ano lectivo, das iniciativas do CNE com maior significado e que nos traz maiores responsabilidades.

Os trabalhos foram organizados em painéis como viram no programa e procurou-se que cada painel trate um certo aspecto desta temática, tendo nele visões de pessoas que têm experiências diferentes: de especialistas e investigadores; de pessoas que fazem a sua vida

trabalhando nas escolas e de analistas e observadores atentos dedicados à educação. A expectativa que temos é de um dia rico e estimulante.

Moderam as sessões conselheiras e conselheiros do CNE, a quem eu agradeço mais este trabalho.

A todas as senhoras e senhores convidados, conferencistas e aos moderadores eu expresse os agradecimentos mais sinceros, do Conselho Nacional de Educação, os meus próprios, por mais este serviço. E entendem que associe a este agradecimento o Senhor Secretário-Geral e todas as pessoas que no CNE, assessores e técnicos, tornam possíveis estes encontros.

As minhas palavras finais vou dirigi-las naturalmente ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação. E gostava realmente de o fazer não só para o cumprimentar e para lhe agradecer a presença aqui hoje, mas também para lhe expressar o meu apreço, o meu reconhecimento, por durante estes três anos em que estive a presidir ao Conselho ter tido da sua parte sempre uma genuína manifestação de respeito pelo trabalho do CNE, de atenção ao que aqui fazemos e de disponibilidade para nos acompanhar. E hoje é mais um exemplo disso. Aceite, portanto, Senhor Secretário de Estado que eu lhe expresse deste modo o meu reconhecimento como Presidente e com certeza o que os membros do CNE sentem pela sua relação connosco.

O trabalho de hoje insere-se ainda numa série de iniciativas que fazem da educação dos 0 aos 12 anos o seu foco e, portanto, é também um contributo para esse outro trabalho do CNE. O que nós, nesta casa, desejamos é que estas iniciativas sirvam para que esta questão se inscreva na agenda política, de uma maneira muito cuidada, cuidando do tempo necessário para fazer as grandes transformações. São preocupações em áreas decisivas para podermos ter em Portugal escolas e educação que sirvam a realidade do país de uma forma mais efectiva, com resultados que nos satisfaçam a todos.

Jorge Pedreira¹

Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, meu caro amigo Professor Júlio Pedrosa, senhoras conselheiras, senhores conselheiros, senhores convidados.

É com o maior gosto que aqui estou, uma vez mais, neste encontro promovido pelo Conselho Nacional de Educação e faço-o, não para merecer os agradecimentos que o Senhor Presidente do CNE aqui me expressou, mas com genuíno gosto por acompanhar a reflexão que o CNE tem promovido em torno das questões da educação e no sentido de que essa reflexão seja uma poderosa ajuda para o desenvolvimento da acção política e da acção governativa.

Estou aqui hoje com particular agrado, não apenas por se tratar de mais uma iniciativa do Conselho, mas pelo próprio tema que foi escolhido para este encontro. De facto, este é um daqueles problemas que não pode deixar de interpelar todos quantos se preocupam com o desenvolvimento social do nosso país e, particularmente, aqueles que têm da política um conceito de serviço público, pois é um daqueles problemas que dão sentido à acção política e em especial à acção governativa.

A diversidade é hoje, como disse o Senhor Presidente do Conselho, uma das questões que mais geralmente se deparam aos sistemas educativos das democracias modernas. Mesmo àqueles sistemas que há muito estão consolidados e que, em geral, produzem melhores resultados. As mudanças demográficas, as migrações internacionais, a ordem económica globalizada e os desequilíbrios que ela produz, a expansão dos media e a explosão das tecnologias da informação e comunicação, colocam hoje as democracias modernas perante problemas que não é fácil resolver.

E, por isso mesmo, a questão da diversidade está hoje na agenda das políticas nacionais da maior parte dos países, mas também na própria

¹ Secretário de Estado Adjunto e da Educação.

agenda da cooperação e em particular da cooperação europeia. A questão da diversidade suscita hoje, no quadro da União Europeia, uma das principais oportunidades de cooperação e de trabalho conjunto, no quadro do método aberto de coordenação aplicado à esfera da educação.

Mas que a diversidade seja hoje um dos principais problemas de sistemas educativos das democracias modernas procede também, fundamentalmente, da ambição que estes mesmos sistemas assumiram e dos objectivos que fixaram para si próprios.

Nas democracias modernas os cidadãos, todos os cidadãos, são sujeitos de direitos iguais. A equidade está inscrita na matriz da democracia moderna. E os cidadãos são sujeitos não apenas de direitos cívicos e políticos, mas também de direitos sociais, económicos e culturais, em que avulta o direito à educação como direito fundamental, porque é um direito de que depende o exercício pleno de outros direitos.

Por isso, a missão dos sistemas educativos e das escolas que os constituem e que executam as suas missões, não pode deixar de ser proporcionar a todos e a cada um dos cidadãos a possibilidade de desenvolverem todas as suas capacidades até ao limite, e de realizarem o seu potencial, no sentido da sua integração plena na sociedade como cidadãos de parte inteira. Esta é a missão dos sistemas educativos.

Todos e cada um dos cidadãos. Todos e cada um na sua individualidade, com as suas características, sem que se possa fazer depender o exercício destes direitos de uma homogeneização prévia ou da conformidade com um padrão social, cultural, de que dependa o exercício deste direito. É perante esta ambição de uma igualdade de oportunidades para todos que se mede o sucesso e o insucesso dos nossos sistemas.

É, naturalmente, perante esta fasquia elevada que se situa a avaliação daquilo que fazemos em matéria de educação. Por isso não deixam de soar por vezes com alguma injustiça as críticas que são dirigidas aos sistemas educativos das democracias modernas. Tempos

houve em que o problema da diversidade não se colocava, não porque estivesse resolvido, mas porque era suprimido à partida através da exclusão ou da selecção precoce.

E por isso não deixa de ofender aqueles que em democracia trabalham em prol da igualdade de oportunidades para todos, os elogios a sistemas do passado, as nostalgias perante sistemas que na realidade nunca existiram, e que se caracterizaram pela desigualdade e pela eliminação à partida daqueles que poderiam suscitar resultados menos positivos.

Não significa isto que nos devamos comprazer com a situação actual. E é verdade que em Portugal, como nas outras democracias avançadas, o problema da diversidade está longe de estar resolvido, ou sequer de ter sido adequadamente tratado. É, talvez, o problema que maior desafio suscita à acção política, à acção dos decisores na Escola, à acção dos próprios educadores.

E não há nenhuma receita mágica que permita resolver de um golpe este problema. Em primeiro lugar temos de o inscrever na agenda e de lhe dar a prioridade que ele merece. São vários os países que enfrentam dificuldades na sua solução e é o caso também de Portugal.

Por vezes, as críticas que são dirigidas ao sistema, às políticas que o orientam, à acção das suas unidades e daqueles que conduzem o processo de educação, traduzem um empolamento excessivo de quem não estabelece as necessárias comparações. Veja-se o escândalo com que se recebem habitualmente os resultados dos estudos internacionais, quando esses resultados, que não nos satisfazem muitas vezes nos colocam no mesmo plano, exactamente no mesmo plano de países que estão em situação semelhante à nossa, mas com padrões de desenvolvimento económico superior, como são os outros países da Europa do Sul ou os Estados Unidos da América ou Israel.

A verdade, porém, é que estes mesmos estudos mostram que para resultados médios semelhantes, o nosso sistema é ainda mais desigual. E

que a situação que temos é justamente uma situação de uma escola que ainda não conseguiu responder eficazmente à situação da diversidade. E, aparentemente, essa diversidade é até menor do que a dos outros países com que nos comparamos.

Porque se é verdade que hoje a diversidade na sociedade portuguesa e em particular na comunidade escolar é muito maior do que aquela que existia há algumas décadas atrás – as migrações internacionais disso se encarregaram – é muito menor do que a de países em que existem escolas onde há alunos com mais de cem línguas maternas diferentes. Nós temos hoje algumas escolas com quinze línguas maternas diferentes. É bem diferente de ter mais de uma centena.

Por vezes há uma outra diversidade, menos evidente, mais escondida, mas igualmente importante e que é a diversidade das origens sociais, a diversidade do comportamento das famílias, a diversidade das capacidades dos alunos. E esta diversidade tem também de ter uma resposta. Mostram os estudos que a reprodução social no nosso sistema educativo continua a ser preocupante e que é necessário conseguir melhores resultados na resposta a esta situação.

Permitam-me por um instante uma recaída académica. É verdade que atribuímos aos sistemas educativos em geral uma missão que dificilmente podem cumprir. A expectativa de uma igualdade de oportunidades produzida directamente pelos sistemas educativos é uma ilusão ou uma miragem que os sociólogos mostraram que não pode ser realizada, porque as sociedades encontram sempre formas novas de diferenciação e de desigualdade que vêm progressivamente substituir outras e portanto renovar essas mesmas diferenciações e desigualdades.

Mas também não deixa de ser verdade que é justamente a perseguição desta miragem e desta ilusão que tem permitido elevar o patamar a partir do qual cada um dos cidadãos consegue realizar-se. É muito diferente termos padrões de desigualdade em que se discrimina entre aqueles que têm um grau de doutor e os que completaram a escola

secundária, do que uma sociedade em que se discrimina entre aqueles que têm a escola secundária e os analfabetos.

E, naturalmente, apesar da frustração que decorre da impossibilidade de atingirmos aquela que é a nossa ambição, não podemos deixar de continuar a trabalhar para chegar o mais perto possível dessa mesma ambição. E para tanto temos de organizar o sistema, organizar as escolas e formar os professores. Esse é o desafio que temos em primeiro lugar.

Ao longo dos três anos que levamos de mandato colocámos na agenda não apenas da actividade legislativa, diria mesmo não tanto na agenda da actividade legislativa, mas na agenda do discurso político sobre a educação, a questão dos resultados e da responsabilidade pelos resultados. E da responsabilidade de cada escola e de cada professor pelos resultados de todos e de cada um dos seus alunos.

Este é um passo fundamental. É necessário que seja cada unidade do sistema a preocupar-se com esta situação e a compreender que não são aceitáveis as soluções de facilidade que levam à exclusão precoce de alguns, seja através de percursos de insucesso que levam ao abandono, seja através de selecções precoces que não produzem, necessariamente, resultados.

E esta responsabilidade obriga a uma prestação de contas. Foi também aí que escolhemos intervir. Uma prestação de contas através da avaliação das escolas, uma prestação de contas através da avaliação dos professores. E é necessário que esta prestação de contas sirva para que a organização da escola e o trabalho dos professores se foque no essencial.

Creemos, ao longo destes três anos, ter começado a criar as condições para que a organização da escola responda a este desafio. Esta é apenas a primeira condição para que a resposta possa ter sucesso. É necessário que do mesmo modo que se procura atender a cada aluno, cada escola seja capaz de encontrar o seu próprio caminho de organização.

Mas, para isso, é necessário dotar as escolas de estruturas de organização capazes de realizar esta resposta e de identificar em cada escola as capacidades para essa resposta. Os novos diplomas sobre a gestão da escola, sobre a carreira docente, tiveram justamente este propósito de criar as condições para que em conjunto com a avaliação externa das escolas possamos ter um caminho de devolução à escola, de cada vez mais competências no tratamento deste problema da diversidade.

Porque os estudos internacionais também mostram que entre nós a variação dos resultados entre escolas é quase tão preocupante como a desigualdade no interior de cada escola.

E isto significa que temos de ser capazes de qualificar a acção da escola como instituição, de lhe dar os meios de intervenção, de lhe dar autonomia, mas temos também de ser capazes de saber qual a autonomia que pode ser dada a cada escola, consoante a sua capacidade e qual o acompanhamento que cada escola terá de ter neste desenvolvimento. Esse é seguramente o caminho do futuro que tem de se construir e aprofundar.

Existem hoje, tanto quanto desafios, oportunidades novas para tratar do problema da diversidade. É fundamental que a formação dos professores seja uma formação tanto quanto possível próxima da prática lectiva e do serviço realizado pelos professores, para que possa responder a este desafio.

E é necessário também que a utilização das tecnologias de informação e comunicação no ensino seja também orientada para este fim. Existem hoje tecnologias vocacionadas para a diversidade que permitem ao professor distribuir o trabalho consoante a capacidade e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, que permitem um conhecimento imediato das dificuldades de cada aluno e por isso temos que saber usar, no futuro próximo, as virtualidades destas tecnologias.

As tecnologias por si só, evidentemente, não resolvem problema nenhum, mas constituem uma poderosa oportunidade para qualificar o ensino, para responder a este desafio da diversidade e para podermos de facto modificar as práticas neste sentido.

Não tenho dúvidas que continuaremos insatisfeitos com os nossos resultados, mas é essencial que façamos progressos, que consigamos melhorar a resposta a este desafio da igualdade de oportunidades para todos e de melhorar e desenvolver a escola inclusiva, a escola pública inclusiva. Este é o nosso desafio porque existe hoje, numa escala sem precedentes no nosso país, um pouco de resto ao contrário daquilo que acontece por essa Europa fora, um ataque à escola pública inclusiva.

A insatisfação, por vezes empolada, com os seus resultados, tem levado a um ataque à escola pública inclusiva. Temos pois de ser capazes de a qualificar no sentido de que, tal como acontece com o Estado Social, a possamos defender daqueles que têm outros projectos e que conseguem fazer passar junto da classe média a imagem incómoda de que os estudantes de classes desfavorecidas e de etnias que correspondem a situações desfavorecidas, constituem um estorvo para os seus filhos nas escolas que frequentam. Isto não é aceitável.

A nossa responsabilidade é a de responder ao desafio da igualdade de oportunidades para todos e não o de reverter para sistemas de exclusão e de selecção. Temos, por isso, muita curiosidade relativamente aos trabalhos e aos debates que daqui vão sair, na expectativa de que possamos obter o vosso conselho para podermos melhorar a escola pública no sentido de responder a este desafio.

